

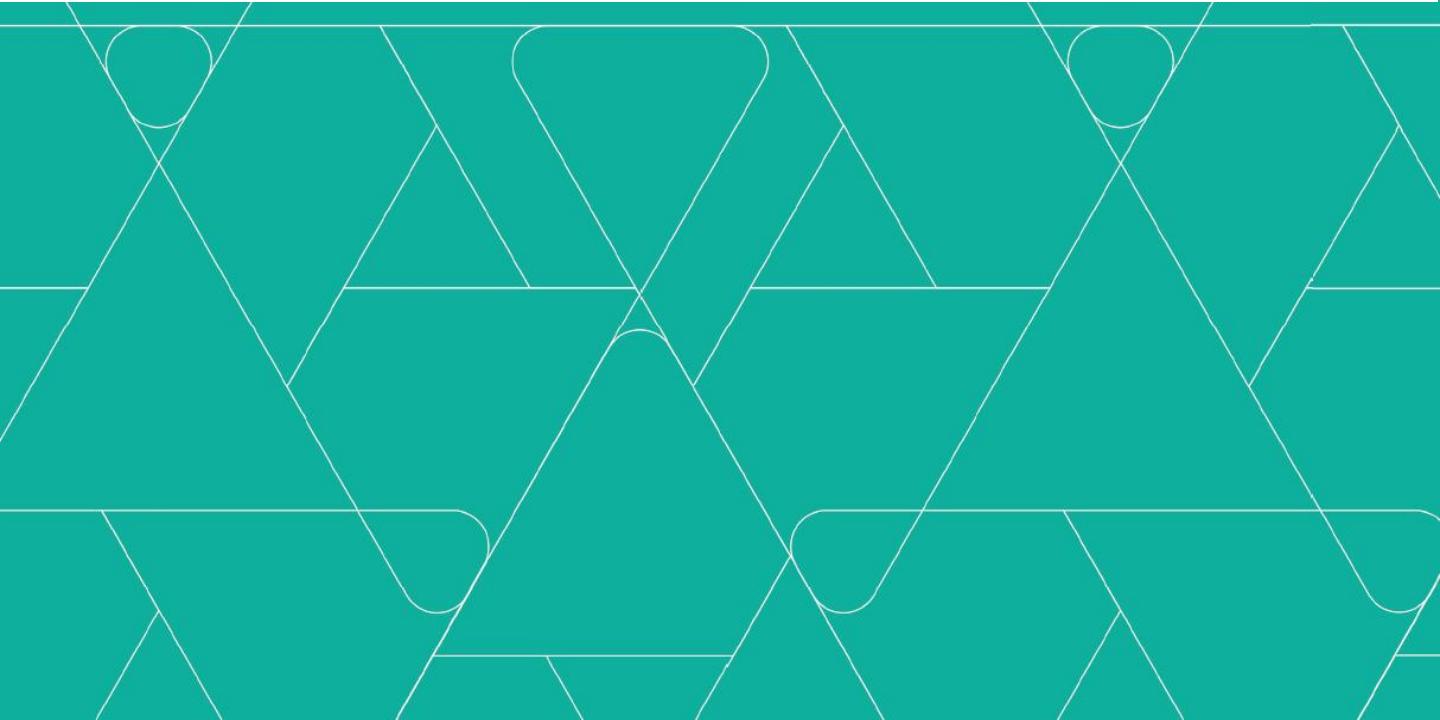


RELA- TÓRIO ANUAL

2018



NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (EM REAIS)



COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC - SICOOB GRANDE ABC, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/03/2006, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB GRANDE ABC possui 1 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP.

O SICOOB GRANDE ABC tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva, apresentadas em 29/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionaisizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Caixa e equivalentes de caixa.

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, aos saldos de caixa e equivalentes de caixas, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	487.138,80	81.450,61
Títulos e Valores Mobiliários (a)	13.342.087,14	9.549.166,73
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	557.422,69	754.279,84
TOTAL	14.386.648,63	10.384.897,18

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL CECRESP**.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	17.347,34	-	17.347,34	30.783,46
Empréstimos	4.718.383,41	1.772.779,67	6.491.163,08	7.278.718,43
Títulos Descontados	1.827.801,67	-	1.827.801,67	2.253.721,93
(-) Provisões para Operações de Crédito	(947.483,53)	(233.109,80)	(1.180.593,33)	(297.771,69)
TOTAL	5.616.048,89	1.539.669,87	7.155.718,76	9.265.452,13

Si.

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual		Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Total em		Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação				31/12/2018	31/12/2018			
A	0,50%	Normal	2.994.609,20	5.041,97	2.999.651,17	(14.998,26)	4.065.813,49	(20.329,07)
B	1%	Normal	2.022.184,49	480.341,59	2.502.526,08	(25.025,26)	4.003.036,70	(40.030,37)
B	1%	Vencidas	-	-	-	-	378.388,12	(3.783,88)
C	3%	Normal	1.174.092,72	100.360,53	1.274.453,25	(38.233,60)	473.525,23	(14.205,76)
C	3%	Vencidas	20.508,06	-	20.508,06	(615,24)	144.697,85	(4.340,94)
D	10%	Normal	130.870,39	10.481,80	141.352,19	(14.135,22)	96.618,44	(9.661,84)
D	10%	Vencidas	53.557,42	-	53.557,42	(5.355,74)	115.758,50	(11.575,85)
E	30%	Normal	-	-	-	-	83.729,01	(25.119,11)
E	30%	Vencidas	97.902,66	-	97.902,66	(29.371,03)	12.300,10	(3.690,03)
F	50%	Normal	-	-	-	-	15.000,00	(7.500,00)
F	50%	Vencidas	378.945,82	-	378.945,82	(189.472,91)	12.050,16	(6.025,08)
G	70%	Vencidas	13.431,21	-	13.431,21	(9.401,85)	35.988,19	(25.191,73)
H	100%	Normal	9.490,68	3.170,03	12.660,71	(12.660,71)	20.000,00	(20.000,00)
H	100%	Vencidas	815.159,62	26.163,90	841.323,52	(841.323,52)	106.318,03	(106.318,03)
Total Normal		6.331.247,48	599.395,92	6.930.643,40	(105.053,04)	8.757.722,87	(136.846,15)	
Total Vencidos		1.379.504,79	26.163,90	1.405.668,69	(1.075.540,29)	805.500,95	(160.925,54)	
Total Geral		7.710.752,27	625.559,82	8.336.312,09	(1.180.593,33)	9.563.223,82	(297.771,69)	
Provisões		(1.142.371,75)	(38.221,58)	(1.180.593,33)		(297.771,69)		
Total Líquido		6.568.380,52	587.338,24	7.155.718,76		9.265.452,13		

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.555.756,54	1.554.414,39	1.772.779,67	5.882.950,60
Conta Corrente	624.241,00	1.318,82	-	625.559,82
Títulos descontados	1.534.299,82	293.501,85	-	1.827.801,67
TOTAL	4.714.297,36	1.849.235,06	1.772.779,67	8.336.312,09

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	-	445.253,67	-	445.253,67	5%
Setor Privado - Serviços	459.754,11	4.145.660,89	1.617.616,23	6.223.031,23	75%
Pessoa Física	165.805,71	1.292.036,04	210.185,44	1.668.027,19	20%
TOTAL	625.559,82	5.882.950,60	1.827.801,67	8.336.312,09	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(297.771,69)	(574.524,23)
Constituições	3.346.737,67	722.767,31
Reversões	213.045,78	5.361.452,32
Transferência para prejuízo	(4.442.605,09)	(5.811.467,09)
TOTAL	(1.180.593,33)	(297.771,69)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	606.194,54	7,00%	676.530,13	7,00%
10 Maiores Devedores	3.690.448,54	44,00%	3.953.378,98	41,00%
50 Maiores Devedores	6.950.628,75	83,00%	7.861.009,03	82,00%

5

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	997.132,60	239.262,25
Valor das operações transferidas no período	213.045,78	784.965,83
Valor das operações recuperadas no período	(66.986,91)	(27.095,48)
TOTAL	1.143.191,47	997.132,60

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados (a)	20.619,61	-
Rendas a Receber (b)	15.312,76	7.394,10
Diversos (c)	152.304,30	134.178,15
(-) Provisões para Outros Créditos (d)	(20.619,61)	-
TOTAL	167.617,06	141.572,25

(a) Em Avais e Fianças Honrados, encontram-se registradas as cessões de créditos relacionadas à Cartão de Cooperados não liquidados. Esses registros ocorreram nos casos em que a cooperativa teve que honrar as cessões de cartão de crédito por inadimplência do associado acima de 75 (setenta e cinco) dias.

(b) No item de Rendas a Receber, encontram-se registradas receitas prestadas a receber por convênio R\$ 8.423,25 e outras tarifas a receber do Bancoob/INSS R\$ 6.889,51.

(c) A Conta Diversos no montante de R\$ 152.304,30, encontra-se assim distribuída:

Descrição	31/12/2018
Adiantamentos de Salários/Honorários	13.451,30
Impostos e Contribuições a Compensar	11.848,95
Títulos e créditos a Receber	59.518,50
Devedores Diversos País	67.485,55
TOTAL	152.304,30

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
H 100% Vencidas	20.619,61	20.619,61	(20.619,61)	-	-
Total Vencidos	20.619,61	20.619,61	(20.619,61)	-	-
Total Geral	20.619,61	20.619,61	(20.619,61)	-	-
Provisões	(20.619,61)	(20.619,61)	(20.619,61)	-	-

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Antecipadas	23.524,65	2.539,52
TOTAL	23.524,65	2.539,52

[Assinatura]

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, benefícios a funcionários e a contribuição ao fundo de estabilidade e liquidez do Sicoob.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	275.349,58	239.068,75
TOTAL	275.349,58	239.068,75

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso		-	10.855,50
Instalações	10%	18.072,93	18.072,93
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(8.681,11)	(6.422,24)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	109.946,82	86.231,42
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(40.666,69)	(29.238,40)
Sistema de Processamento de Dados	10%	97.572,36	82.821,43
Sistema de Segurança	10%	3.531,00	3.531,00
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso		(65.386,80)	(53.262,51)
TOTAL		114.388,51	112.589,13

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré- fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta reductora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	4.208.625,64	4.429.923,97
Depósito Sob Aviso	175.801,02	165.368,89
Depósito a Prazo	12.409.569,97	10.127.371,56
TOTAL	16.793.996,63	14.722.664,42

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.207.335,43	7,00%	1.061.839,73	7,00%
10 Maiores Depositantes	7.082.130,90	43,00%	6.214.304,62	43,00%
50 Maiores Depositantes	13.230.771,46	80,00%	11.973.390,30	83,00%

5

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(10.432,13)	(17.197,68)
Despesas de Depósitos a Prazo	(658.241,48)	(953.453,45)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(22.285,69)	(20.569,32)
TOTAL	(690.959,30)	(991.220,45)

11. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Sociais e Estatutárias	90.309,25	140.538,54
Fiscais e Previdenciárias	272.987,27	305.727,29
Diversas	255.771,73	156.107,53
TOTAL	619.068,25	602.373,36

11.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	-	33.394,00
Resultado de Atos com Associados (a)	19.915,46	20.180,67
Resultado de Atos com Não Associados (a)	50.170,44	67.595,96
Cotas de Capital a Pagar (b)	20.223,35	19.367,91
TOTAL	90.309,25	140.538,54

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	212.291,55	262.013,39
Provisão para impostos e contribuições/lucros	6.184,01	-
Impostos e contribuições a recolher (a)	54.511,71	43.713,90
TOTAL	272.987,27	305.727,29

(a) Os impostos e contribuições a recolher no ano de 2018, encontram-se assim compostos: Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiro R\$ 293,73, Impostos e Contribuições sobre Salários R\$ 50.731,51, Outros Impostos e Contribuições a recolher R\$ 3.486,47.

11.3. Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações a pagar a fornecedores	783,00	400,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	152.580,43	121.198,84
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	4.327,84	3.692,21

Credores Diversos – País	98.080,46	30.816,48
TOTAL	255.771,73	156.107,53

(a) Na conta de provisão para pagamento a efetuar encontram-se registros seguintes: despesa de pessoal R\$ 126.803,12, outras despesas administrativas com aluguéis, comunicações, transporte, compensações, seguro prestamista, provisão de despesas com cartões R\$ 43.855,08, outros pagamentos a efetuar no valor de R\$ 25.777,31, que trata-se das apropriações de despesas que serão pagas no mês subsequente

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 530.745,45 (R\$ 353.255,95 em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

12. Instrumentos financeiros

O **SICOOB GRANDE ABC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	4.680.273,61	4.325.479,21
Associados	1.800	1.498

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 25%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa possui R\$ 495.601,97 em reserva legal.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18/04/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento da reserva legal com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 210.742,42.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	(465.693,27)	301.060,60
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	(465.693,27)	306.060,60
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 25%	-	(75.265,15)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	-	(15.053,03)
Perda/Sobra à disposição da Assembleia Geral	(465.693,27)	210.742,42

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018
Receita de prestação de serviços	198.497,86
Despesas específicas de atos não cooperativos	(14.818,65)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(131.743,98)
Resultado operacional	51.935,23
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	1.066,41
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.001,64
Imposto de renda e contribuição social	(16.960,53)
Total de receitas de vendas de seguros e comissões de faturamento e antecipação de recebíveis do SIPAG com Associados (Resolução SICOOB Confederação 129/16 e 145/16)	(121.175,00)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido) a ser destinado ao FATES – Resultado com Não associado	(85.133,89)

15. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	3.445,52	6.916,33
Reversão de Provisão Operacionais	23.609,68	-
Reversão de Provisão Para Garantias Prestadas	2.569,79	-
Rendas Juros Cartão De Crédito	19.691,87	12.742,58
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	3.126,63	2.937,51
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	13.595,94	3.455,87
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	55.391,32	44.595,66
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	7.688,49	4.241,92
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	19.192,36	11.648,43
Receita Volume Financeiro - Rede	-	33,95
Distribuição de Sobras da Central	-	4.529,79
Outras Rendas Operacionais	48.738,20	21.496,40
TOTAL	197.049,80	112.598,44

15.1. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	22.133,36	14.574,72
Rendas de Empréstimos	2.174.034,94	2.209.383,77
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	557.832,96	543.331,91
Rendas de Títulos de Renda Fixa	662.116,98	863.966,52
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	68.687,91	27.350,14
TOTAL	3.484.806,15	3.658.607,06

16. Outros dispêndios/despesas administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de água, energia e gás	(2.620,52)	(655,49)
Despesas de aluguéis	(194.556,78)	(169.297,44)
Despesas de comunicações	(65.541,20)	(50.000,95)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.491,15)	(2.132,68)
Despesas de material	(35.816,65)	(15.364,46)
Despesas de processamento de dados	(98.127,60)	(93.856,37)
Despesas de promoções e relações públicas	(23.885,61)	(4.970,00)
Despesas de propaganda e publicidade	(5.459,10)	(16.002,81)
Despesas de publicações	-	(300,00)
Despesas de seguros	(4.117,68)	(3.270,42)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(247.342,47)	(177.602,02)
Despesas de serviços de terceiros	(30.282,63)	(20.236,30)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(12.259,43)	(9.929,36)
Despesas de serviços técnicos especializados	(80.137,01)	(88.963,00)
Despesas de transporte	(55.034,68)	(47.252,48)
Outras despesas administrativas	(362.593,85)	(264.635,86)
Despesas de amortização	-	(236,41)
Despesas de depreciação	(25.811,45)	(26.285,95)
TOTAL	(1.246.077,81)	(990.992,00)

16.1. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	(690.959,30)	(991.220,45)
Provisões para Operações de Credito	(1.119.477,10)	(449.768,62)
Garantias Financeiras Prestadas	(3.205,42)	(2.739,22)
Provisões para Outros Créditos	(20.619,61)	(28.867,43)
TOTAL	(1.834.261,43)	(1.472.595,72)

17. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	9.691,64	1.004,30
(-) Perdas de Capital	(8.625,23)	(948,45)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(1.020,95)
Resultado Líquido	1.066,41	(965,10)

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	271.208,05	0,98%	3.321,18
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	219.383,19	0,79%	806,59
TOTAL	490.591,24	1,77%	4.127,77
Montante das Operações Passivas	82.812,37	0,93%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.604,43	16,05	1%
Empréstimo	256.420,03	52.441,52	4%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total
Depósitos a Vista	63.186,24	1,53%
Depósitos a Prazo	375.804,79	2,99%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Empréstimos	2,25%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,38%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	427.545,94

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(4.844,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(221.766,37)
Encargos Sociais	(44.981,76)

19. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREendedores DO GRANDE ABC - SICOOB GRANDE ABC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e

normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB GRANDE ABC** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	14.174.859,41	10.542.515,32
RDC – Pós Fixado	13.342.087,14	9.549.166,73
Centralização Financeira	557.422,69	754.279,84
Investimentos	275.349,58	239.068,75

20. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

20.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

20.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

20.3. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

20.4. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

20.5. Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

20.6. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

21. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Patrimônio de Referência	4.461.821,73	4.821.081,18

SANTO ANDRÉ-SP, 31 de dezembro de 2018



Wilson Ambrosio da Silva
Diretor Presidente



Veronica Cristina Bueno Roncato
Contadora
CRC:1SP293772/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micro e Pequenos Empresários e Microempreendedores do Grande ABC – SICOOB GRANDE ABC, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018 o SICOOB GRANDE ABC completou 13 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB GRANDE ABC obteve um prejuízo de R\$ 465.693,27 antes das destinações, representando uma redução anual de 9,66% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 557.422,69. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 7.155.718,76.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R\$	7.155.718,76	100 %
Os vinte maiores devedores			

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 63,09% da carteira, no montante de R\$ 5.266.494,65.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 14.793.996,63, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 14,07%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	4.208.625,64	25,06%
Depósitos sob aviso	R\$	175.801,02	1,05%
Depósitos a prazo	R\$	12.409.569,97	73,89%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 60,32% da captação, no montante de R\$ 9.936.808,43.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB GRANDE ABC era de R\$ 4.461.821,73. O quadro de cooperados era composto por 1.800 cooperados, havendo um acréscimo de 20,16% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB GRANDE ABC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 87% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB GRANDE ABC aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a ouvidoria do SICOOB GRANDE ABC, registrou 7 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente ao atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 5 reclamações, 2 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Santo André, 11 de fevereiro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

(EM REAIS)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB GRANDE ABC
CNPJ N°: 07.946.216/0001-93

Ativo	Notas	31-dez-18	31-dez-17	Passivo	Notas	31-dez-18	31-dez-17
Circulante							
Disponibilidade	4	487.138,80	81.450,61	Depósitos à vista, sob aviso e a prazo	10	16.793.996,63	14.722.664,42
Título e Valores Mobiliários	4	13.342.087,14	9.549.166,73	Obrigações sociais e estatutárias	11.1	90.309,25	140.538,54
Relações Interfinanceiras	4	557.422,69	754.279,84	Obrigações fiscais e previdenciárias	11.2	272.987,27	305.727,29
Operações de Crédito	5	5.616.048,89	9.265.452,13	Obrigações diversas	11.3	255.771,73	156.107,53
Outros Créditos	6	167.617,06	141.572,25				
Outros Valores e Bens	7	23.524,65	2.539,52	Total do passivo circulante		17.413.064,88	15.325.037,78
Total do ativo circulante		20.193.839,23	19.794.461,08	Patrimônio líquido			
Não circulante							
Realizável a Longo a Prazo				Capital Social	13a	4.680.273,61	4.325.479,21
Operações de Crédito	5	1.539.669,87	-	Reserva Legal	13b	495.601,97	284.859,55
Total do ativo não circulante		1.539.669,87	-	Sobras ou Perdas do Exercício	13c/13d	465.693,27	210.742,42
Total do permanente				Total do patrimônio líquido		4.710.182,31	4.821.081,18
Total do ativo		22.123.247,19	20.146.118,96	Total do passivo		22.123.247,19	20.146.118,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



 Veronica Cristina Bueno Roncato
 Contadora - CRC: 1SP293772/Q-3
 Sicoob Cecresp

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB GRANDE ABC
CNPJ N°: 07.946.216/0001-93

	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2016		5.334.239,79	- 1.305.975,00	198.421,36	11.173,04	4.237.859,19
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Constituição de Reservas	-	-	-	11.173,04	- 11.173,04	-
Integralização/subscrição de capital	-	542.228,15	362.135,00	-	-	904.363,15
(-) Devolução de capital	-	- 722.654,10	-	-	-	722.654,10
Integralização de Juros ao Capital	-	115.941,93	-	-	115.941,93	-
IRRF sobre Juros ao Capital	-	- 436,56	-	-	436,56	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	416.565,97	416.565,97
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	15.053,03	15.053,03
Reserva Legal	-	-	-	75.265,15	- 75.265,15	-
Saldos em 31/12/2017		5.269.319,21	(943.840,00)	284.859,55	210.742,42	4.821.081,18
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Constituição de Reservas	-	-	-	210.742,42	- 210.742,42	-
Integralização/subscrição de capital	-	1.624.628,28	-	-	-	1.624.628,28
(-) Devolução de capital	-	- 622.650,88	- 647.183,00	-	-	1.269.833,88
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	465.693,27	- 465.693,27
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018		6.271.296,61	- 1.591.023,00	495.601,97	- 465.693,27	4.710.182,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis




 Veronica Cristina Bueno Roncato
 Contadora - CRC: 1SP293772/Q-3
 Sicoob Cecresp

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS/PERDAS E FLUXO DE CAIXA (EM REAIS)

Demonstração das sobras ou perdas (Em reais)					
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB GRANDE ABC CNPJ Nº: 07.946.216/0001-93					
	Notas	2º Semestre de 2018	31-dez-18	31-dez-17	
Ingessos e receitas da intermediação financeira					
Operações de Crédito	-	1.363.566,14	2.822.689,17	2.794.640,54	
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	365.120,28	662.116,98	863.966,52	
	15.1	1.728.686,42	3.484.806,15	3.658.607,06	
Dispêndios e despesas da intermediação financeira					
Operações de Captação no Mercado	-	370.973,32	690.959,30	991.220,45	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	894.752,76	1.143.302,13	482.321,00	
	16.1	1.265.726,08	1.834.261,43	1.473.541,45	
Resultado bruto da intermediação financeira					
		462.960,34	1.650.544,72	2.185.065,61	
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais					
Ingessos e Receitas de Prestação de Serviços	-	367.604,48	621.227,77	400.657,08	
Rendas de Tarifas Bancárias	-	262.341,23	499.456,80	335.223,87	
Dispêndios e Despesas de Pessoal	-	1.100.183,67	2.043.508,28	1.508.727,95	
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	16	643.619,72	1.246.077,81	990.992,00	
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	10.698,44	18.386,59	9.215,47	
Ingessos de Depósitos Intercooperativos	-	33.312,88	53.188,07	58.117,62	
Outros Ingessos e Receitas Operacionais	15	90.247,60	197.049,80	112.598,44	
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	-	95.877,01	162.911,46	121.384,00	
		1.096.872,65	2.099.961,70	1.723.722,41	
Resultado operacional					
		633.912,31	449.416,98	461.343,20	
Resultado não operacional					
Receitas não operacionais	-	683,18	9.691,64	1.004,30	
Despesas não operacionais	-	5.687,42	8.625,23	1.969,40	
	17	5.004,24	1.066,41	965,10	
Resultado antes da tributação e das participações					
		638.916,55	448.350,57	460.378,10	
Imposto de renda e contribuição social	-	8.892,14	17.342,70	7.015,71	
Participação de funcionários	-	-	-	33.394,00	
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias					
		647.808,69	465.693,27	419.968,39	
Juros ao capital	-	-	-	-	118.908,31
Resultado antes das destinações estatutárias					
		647.808,69	465.693,27	301.060,08	
F A T E S - Atos não cooperativo	-	-	-	-	-
F A T E S - Atos cooperativo	-	-	-	-	15.053,03
Reserva Legal	-	-	-	-	75.265,15
Sobras ou perdas líquidas do exercício					
		647.808,69	465.693,27	210.741,90	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(465.693,27)



Demonstração dos fluxos de caixa
(Em reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREendedores DO GRANDE ABC – SICOOB GRANDE ABC
CNPJ Nº: 07.946.216/0001-93

	2º Semestre de 2018	31-dez-18	31-dez-17
Atividades operacionais			
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias	- 647.808,69	- 465.693,27	301.060,08
Ajustes			
Provisão para operações de crédito	791.501,95	882.821,64	272.752,54
Depreciações e Amortizações	12.960,65	25.811,45	26.522,52
Capital a Realizar	156.653,91	442.939,82	416.965,06
Variação nos ativos e passivos			
Operações de crédito	1.045.001,64	1.226.911,73	741.400,07
Outros créditos	23.707,89	26.044,81	5.963,40
Outros Valores e Bens	22.989,77	20.985,13	400,09
Depósitos	2.009.436,34	2.071.332,21	2.002.292,96
Obrigações sociais e estatutárias	8.694,76	50.229,29	23.726,64
Obrigações fiscais e previdenciárias	145.353,89	32.740,02	8.709,34
Outras Obrigações	132.371,79	99.664,20	280.347,27
	3.059.443,44	3.267.908,89	1.549.893,97
Caixa gerado nas operações	3.216.097,35	3.710.848,71	1.966.859,03
	3.216.097,35	3.710.848,71	1.966.859,03
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aportes de capital em investimento	- 16.246,10	- 36.280,83	- 24.951,44
Aquisições de imobilizações de uso	- 3.882,00	- 27.610,83	- 7.946,27
Baixas de imobilizado de uso	-	-	1.021,31
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	- 20.128,10	- 63.891,66	- 31.876,40
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	1.339.372,51	1.624.628,28	541.791,59
Devolução de capital à cooperados	- 1.041.400,59	- 1.269.833,88	- 722.217,54
FATES - Sobras do exercício	-	-	15.053,03
Juros ao capital à pagar ex-associados	-	-	2.966,38
Subscrição do juros ao capital	-	-	118.908,31
IRRF sobre juros ao capital	-	-	436,56
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	297.971,92	354.794,40	- 79.973,61
	297.971,92	354.794,40	- 79.973,61
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	3.493.941,17	4.001.751,45	1.855.009,02
No inicio do período (Nota 4)	10.892.707,46	10.384.897,18	8.529.888,16
No fim do período (Nota 4)	14.386.648,63	14.386.648,63	10.384.897,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ATIVIDADES OPERACIONAIS + INVESTIMENTOS + FINANCIAMENTOS	3.493.941,17	4.001.751,45	1.855.009,02
CAIXA	3.493.941,17	4.001.751,45	1.855.009,02





 Veronica Cristina Bueno Rönçato
 Contadora - CRC: 1SP293772/O-3
 Sicoob Cecresp

RELATÓRIO DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Administradores e aos Associados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS
E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Empresários e Microempreendedores do Grande ABC, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Empresários e Microempreendedores do Grande ABC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Empresários e Microempreendedores do Grande ABC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 2 de março de 2018 sem modificação de opinião

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

3
J

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

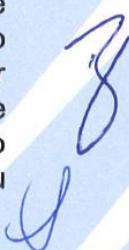
Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



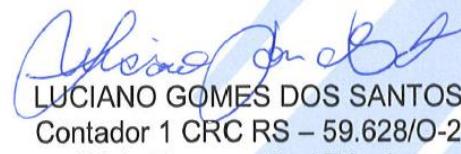
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Cooperativa, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da Cooperativa a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.



MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC RS – 5.460/0-O "T" SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRC RS – 71.505/O-3
Sócio Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico



PARECER CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO MUTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB CGRANDE ABC, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2.018 para os fins previstos no artigo 58 do Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem o “BALANÇO GERAL” encerrado em 31 de Dezembro de 2018, bem como da Demonstração de “SOBRAS”, constatou-se que:

As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;

As despesas efetuadas autorizadas pela administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa e estão devidamente documentadas;

Não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;

O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;

Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;

Os empréstimos foram concedidos de acordo com regras estabelecidas e aprovadas pelo conselho de administração;

Créditos a receber em atraso, estão sendo cobrados corretamente;

As pendências apontadas nos relatórios de auditoria pelo Sicoob Central Cecresp, foram respondidas e tomadas as devidas providências para a regularização.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com a administração, que as explicou e a contento, tomou conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, aprovamos do Balanço Geral e Demonstrações de Resultado do ano de 2018.

Santo André, 02 de Janeiro de 2019.


HUMBERTO SÉRGIO BATELLA
COORDENADOR CONSELHO FISCAL


ANA MARIA GURNIAK
CONSELHEIRO FISCAL


DENIS RODRIGUES
CONSELHEIRO FISCAL

